



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 8 / x (4ª)

Expeça-se

Publique-se

17109/2008

O Secretário da Mesa

Assunto: **A situação na FIDAR (ex-ICONTEX), Gondar/Guimarães (II)**

Destinatário: **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Em 30 de Abril passado coloquei ao Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social uma Pergunta (N.º 1226/X/3.ª, de 2 Maio) sobre a situação da empresa em epígrafe. A essa data, tal como se referia no texto da Pergunta, a empresa, mesmo dando sinais de dificuldades crescentes, ainda funcionava.

Até esta data não obtive qualquer resposta do Ministro e, entretanto, a empresa encerrou, no dia 1 de Agosto, tentando a Administração concretizar o despedimento individual de cada um dos seus 162 trabalhadores. É incompreensível que não tenha havido, da parte do Governo, e em particular do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Economia e Inovação – que, entretanto, respondeu à Pergunta em 6 de Agosto – uma intervenção adequada para salvar a empresa e os respectivos postos de trabalho, como aliás era sugerido na Pergunta feita ao Governo.

No encontro que tive, no dia 30 de Agosto, com os trabalhadores, que se revezavam à porta da Empresa no sentido de assegurar que esta não fosse esvaziada do seu património (equipamentos e produtos acabados), pude constatar:

- A existência de trabalhadores com longas carreiras profissionais na empresa (alguns com 38 anos) cujas possibilidades de obterem um novo posto de trabalho se prevêem extremamente difíceis, particularmente no quadro da situação do mercado de trabalho na região;



- A sua indignação pela «expulsão» do interior do espaço da empresa, mas fora do edifício, com a ajuda da GNR, isto é, a «expulsão» de homens e mulheres que, ao longo de uma vida, deram o melhor de si próprios no plano profissional pela Empresa;
- A sua contestação à tentativa de um «despedimento individual», do que era formal e naturalmente um despedimento colectivo, o que implica que a Empresa assuma integralmente as suas obrigações, nos termos da lei em vigor.
- O seu protesto face à passividade do Estado / serviços da Administração relativamente à forma como se processou o encerramento da empresa e a destruição dos postos de trabalho.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Porque razão não foram desenvolvidos os esforços necessários para salvaguarda e reestruturação da empresa, para lá da tardia intervenção do IAPMEI, em 26 de Junho, em que, segundo a Resposta do Ministro da Economia e Inovação, se limitou a informar o responsável da FIDAR dos «mecanismos disponíveis para apoio à reestruturação de empresas»? Continuou a Administração da Empresa, após essa data, sem dar qualquer explicação para não se proceder à reestruturação da Empresa?
2. Qual a avaliação e intervenção do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social no processo de encerramento da Empresa, por forma a salvaguardar os direitos dos trabalhadores e procedimentos legais?

Palácio de S. Bento, 16 de Setembro de 2008

Deputado

Agostinho Lopes